

“Qual pescador que não mora em área de risco? ”

Territorialidade e Cidadania no Pontal da Barra - Pelotas/RS¹

André Dal Bosco Carletto (UFPEL)

RESUMO:

Este trabalho apresenta o estudo do Pontal da Barra, visando uma etnografia da relação entre as pessoas e o lugar. Localizado na Praia do Laranjal em Pelotas, Rio Grande do Sul, o Pontal da Barra fica no interflúvio da Laguna dos Patos com o Canal São Gonçalo. Em seu histórico há o processo de mudança compulsória dos moradores sendo notório um movimento para elitização do local. Os moradores que permaneceram também vivem na constante ameaça de remoção por ocuparem áreas de preservação, mesmo tendo autorização dos órgãos competentes. Palavras chave: Antropologia; Cidadania; Territorialidade; Pesca

INTRODUÇÃO

Localizado na Praia do Laranjal em Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul, o Pontal da Barra fica no interflúvio da Laguna dos Patos com o Canal São Gonçalo. Segundo o dicionário, pontal é um espaço geográfico, definido por " Ponta de terra que avança pelo mar ou rio" (MICHAELIS, 2016). Além disso, Pontal da Barra também é o nome do bairro, localizada na macrorregião urbana do Laranjal.

¹ V ENADIR, GT. 01 - Justiça Restaurativa, Mediação e Administração de Conflitos Socioambientais: interfaces entre Antropologia e Direito

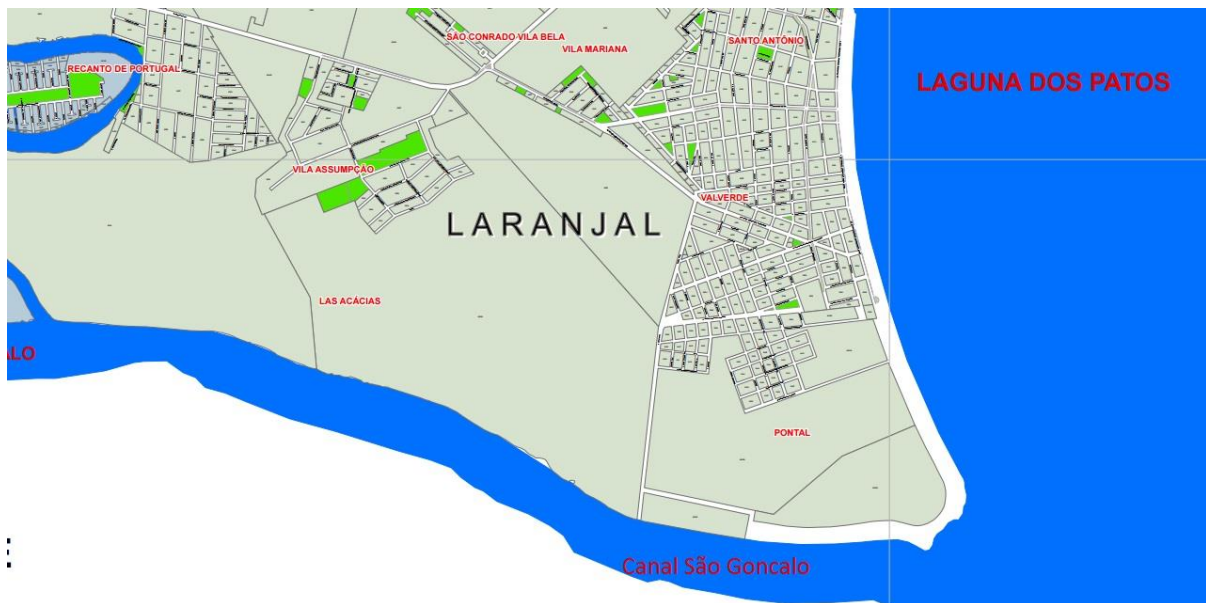


Figura 1: Mapa Urbano do Bairro Pontal, adaptado do Mapa Urbano de Pelotas.

O Pontal da Barra foi trazido à voga desde o início de um empreendimento imobiliário, prevendo a urbanização de um loteamento popular. Visava também a construção de um complexo hoteleiro e ampliação do calçamento e da avenida da orla em direção ao Pontal da Barra. O local é alvo de sucessivos investimentos desde os anos 80 e possui licenças ambientais de diversos órgãos públicos, havendo uma grande investida por volta dos anos 2000 (MILHEIRA, 2015).



Figura 2: Outdoor do Loteamento do Pontal da Barra. Fonte: Nebel, 2014.

A partir de um laudo que embasou o argumento do empreendedor até últimas instâncias, gerando inclusive um processo de mudança compulsória de alguns moradores da chamada Vila do Trapiche, num processo de gentrificação, no qual destaca NEBEL (2014:46): "esse processo pode ser definido também como uma “higienização social”, ou seja, a substituição de ambientes “vernaculares” por “paisagens de poder”, sendo notório um movimento para elitização do local.



Figura 3: RPPN e proposta de loteamento. Fonte: Nebel, 2014

Os moradores que permaneceram também vivem na constante ameaça de remoção, estando num local vulnerável aos olhos da lei, entre duas áreas de preservação: o banhado e a beira da praia. Como é reiteradamente mencionado pelos moradores: “os bichos parecem ser mais importantes que a gente” (DIÁRIO DE CAMPO, 11/10/2016). Além do risco constante de inundação. Sobre essas questões territoriais, cabe o conceito de desterritorialização. Não implica que o espaço [território], mas que perca sua territorialidade [relações de poder], em exemplo extremo são os campos de concentração nazistas (HAESBAERT, 2014).



Figura 4: Vila do Trapiche. Fonte: Nebel, 2014.

Diante da premissa predatória de tal lugar, um coletivo organizado intitulado 'Movimento Pontal Vivo' se articulou em prol da preservação local desde o ano de 2011. Composto principalmente por alguns cientistas, moradores do entorno e outros simpatizantes em seu princípio, reuniu inclusive seminários de debate acerca da região, além de protestos e contra-laudos, principalmente devido à obtenção de licença prévia por parte dos empreiteiros. Como apontou Rafael Milheira, em uma entrevista, não há consenso sobre qual a posição do movimento Pontal Vivo sobre a comunidade do entorno, alguns apóiam a criação de uma Unidade de Conservação Integral sem pessoas residindo lá (2016).

Por fim do entrave, foi movida uma ação civil pública pelo Ministério Público Estadual (MPE) endossada por instituições como a UCPEL (Universidade Católica de Pelotas) e principalmente a UFPEL (Universidade Federal de Pelotas), culminando na multa dos proponentes do empreendimento, a prefeitura acabou por ser contra a obra alegando sua soberania acerca da política ambiental e urbanística da cidade, não podendo privilegiar a um único empresário.

O Pontal da Barra continua sendo uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) implementada, porém devido a sua não delimitação ou controle, ainda não implantada. O projeto de sítio escola no local tornou-se uma questão inviável, devido ao mandado de segurança que impede qualquer envolvido de ambas as instituições de ensino de entrar no local. Apesar da autorização legal, por motivação política as ações interventivas foram suspensas por ora. Por estas características que Keli Ruas aponta que, dentro do contexto histórico de Pelotas, o trecho do Pontal da Barra como “o mais problemático e polêmico em termos de gestão territorial” da cidade na época (RUAS, 2012: 95).

PONTAIS e BARRAS

Esta parte trata de minha relação com o chamado Pontal da Barra, que também é só a Barra, ou só Pontal. Do meu encontro com a areia, o banhado, as plantas, as pessoas, animais, casas, objetos, trapiches, galpões, o vento e as águas da lagoa, do canal, das poças e das inundações e outros elementos que compõe tal lugar.

Cabe ressaltar o valor discursivo das pessoas com o lugar, pois ao nomear reforçam sua identidade (OLIVEIRA, 1976). Para os moradores mais novos, o projeto de loteamento levava o nome de Pontal da Barra; para os antigos moradores, da vila de pescadores, lá é a Barra, eles são os pescadores da Barra. Porém as pessoas de vínculo recreativo que lá frequentam chamam de forma afetiva apenas de Pontal.

A partir da etnografia, fui mapeando atores sociais e percebendo que os mesmos possuíam áreas bem definidas de apropriação do espaço, no sentido de Magnani (2016). Além disso, tentei entender não só o como, mas o porquê de as pessoas estarem naquele local, a partir de suas próprias lógicas (GEERTZ, 2009). Com a ressalva que também não podemos reduzir a etnografia apenas a um método de coleta de dados, pois como afirma Peirano, a etnografia se renova a cada prática, não sendo apenas ir a campo, mas uma construção de conhecimento antes e depois, devido às leituras e vivências prévias, que trazem a teoria social. Esta soma de teoria com os dados encontrados acaba por construir o texto antropológico (2014).

A etnografia nos permite seguir as coisas como elas vão se desenvolvendo, e não conectar o que já foi percorrido. A proposta de linhas de Ingold de não pensar apenas nas linhas como uma conexão entre um elemento e outro, e sim um terceiro elemento que segue em paralelo, como no caso o espaço/lugar (2012). Com a ressalva de que a vida é como um conjunto de fios.

Além dos moradores da orla do canal, foram identificados outros grupos que atuam constantemente no Pontal, primeiramente os outros moradores do bairro, que não são do enfoque desta pesquisa. Segundamente, há os pescadores que frequentam para pesca amadora esportiva, os locais de oferendas religiosas e a casa que havia no mesmo local da vila do trapiche. Sobre isso foi confeccionado um mapa que colocasse os principais locais de oferenda, esta nova casa e estas territorialidades distintas que se formam entre os pescadores locais tradicionais e os esportivos.



Figura 5: Mapa Pontal da Barra AUTOR: Carletto; Carletto, 2016.

Segundo os relatos, tanto dos pescadores mais antigos, há muito tempo o lugar era usado como acampamento ocasional de pesca, inclusive dos pais de alguns dos mais antigos moradores e frequentadores. Desses antigos pescadores, alguns resolveram ficar e tentar se estabelecer. Conversar com estes moradores levou-me a entender não apenas o que é ocupar e estar lá, mas compreender que estar lá é uma luta constante. Hoje muitos dos filhos dos primeiros moradores se mantêm da pesca, e inclusive alguns já ensinam o neto que com sua visão aguçada identifica os navios a quilômetros de distância.

Os relatos são meio destoantes sobre quem veio, quando veio, a data que ficou ou não. Mas estar lá, buscar seu espaço no mundo era parte essencial. Ser pescador se tornou parte fundamental do ser dessas pessoas. E a isso demanda estar em contato com a água. Essa premissa é tão importante que por muito tempo aquele acampamento foi um lugar donde fulguravam apenas homens pescadores, mas impulsionou-os junto de sua família a buscar condições mínimas para morar ali, luta que segue como veremos.

Claro, viver da pesca também se faz necessário outros trabalhos, como limpar os peixes (retirar vísceras e escamas para o consumo), cortá-los, separá-los em porções, mantê-los acondicionados no frio ou salgá-los, embalar, pesar além de todo o preparo para pesca, como a manutenção das embarcações e das redes.

Esta relação de territorialidade é bem expressa nos discursos dos pescadores. Sempre colocando que são avisados que moram em áreas de risco, que a prefeitura sugere a mudança etc., porém a resposta parece uníssona, “*qual o pescador que não vive em área de risco?*”. Morar no Pontal da Barra se tornou luta também. Como destacam vários moradores, nem eles sabem porque demorou tanto para chegar água (2010) e luz (2011). Esta conquista de benefícios que permitiu o aumento de moradores, primeiramente pela família dos pescadores que agora se fixavam no Pontal. Cabe ressaltar que mesmo após ter autorização da Marinha, a prefeitura demorou anos para implantar esses serviços básicos, sempre alegando ser por eles habitarem a RPPN, mas ao mesmo tempo libera um loteamento do lugar.



FIGURA 06 – Vila de Pescadores Pontal da Barra. Fotografia de Isis Pereira, 2016.

Em geral na orla da Lagoa dos Patos, durante quase todo o ano se encontram os pescadores amadores/ esportivos. Diversas pessoas vão inclusive no inveno, pois há a safra do peixe-rei. Para isso é preciso que o vento esteja favorável. Para isca são usados quase sempre peixes comprados, iscas artificiais e até minhoca. Muitas vezes esta pescaria não rende muitos peixes e várias vezes eles são devolvidos para as águas.



FIGURA 07: Peixes sendo devolvidos para a lagoa. Fotografia de Isis Pereira , 2016.

O que impressiona é a relação histórica destes grupos. Seu Barbosa² tem 70 anos e pesca desde que era criança. Há um vínculo geracional do lugar, apesar de muitos serem trazidos pelos pais, as narrativas trazem sempre vizinhos, tios e até avôs, como no caso de Amauri, que sempre leva o neto Diniz.

Alguns conheceram até a época de antes da barragem da eclusa, que data do ano de 1977. Este é tido como o primeiro impacto que reduziu o número de peixes nos corpos d'água. Sempre aparecendo a miraguaia, peixe que já não aparece mais por lá, como um relato desta época, até quem não pescou conta do “tum tum tum”, barulho que a miraguaia fazia.

² Todos os nomes usados neste trabalho são fictícios.



FIGURA 08: Vô e neto pescando. Fotografia de Isis Pereira, 2016.

Não é de forma uníssona e harmônica que a interação dos dois grupos de pescadores, pelo menos não a nível discursivo. Para os pescadores esportivos, não de forma total, há um incômodo por pensar no Pontal como uma apropriação de um lugar que deveria ser de todos. Não pretendo responder a tal inquietação, mas há também o receio dos moradores de serem desapropriados, com o discurso que é endossado pelos outros pescadores, que os mesmos pescam de forma predatória.

Por último, gostaria de ressaltar o uso religioso. Na entrada da área do banhado também é onde se encontram constantemente diversas oferendas religiosas, geralmente perto de árvores maiores. São encontradas constantemente vasilhas, comidas, peixes, galinhas, panos vermelhos, velas, algumas estátuas, garrafas de bebida, entre outros objetos. Sobre estes objetos, não vou tecer maiores interpretações, pois houve apenas rápidas conversas com pessoas que não quiseram falar mais sobre o assunto. Segundo os moradores da vila de pescadores, são pessoas de fora que deixam aquelas oferendas. É notório que certas estátuas são deixadas por algum tempo, e depois recolhidas, porém são usadas novamente em outras oferendas. Ao que tudo indica em sua maioria são rituais noturnos. Além disso, após a retirada da casa que havia no lugar da vila do trapiche, há um maior número de oferendas e estátuas.



FIGURA 09: Oferendas no Pontal da Barra. Fotografia de André Carletto, 2016

Viver na cidade é também criar suas relações com o lugar. Essas relações criam formas de poder, domínio e controle. Viver é criar seus lugares de poder -seus territórios. Estar em um lugar é uma apropriação física e simbólica, que é demarcada de diversas formas (HAESBAERT, 2014). Como ilustrado no mapa, há para além da territorialidade dos grupos, uma área de interação e conflitos. Este encontro além de uma multiterritorialidade, expressa pelas pessoas que vão passear, comer um pastel, comprar ou transportar peixe, ir pescar, sair ou ir para casa é uma dinâmica complexa pela disputa do espaço. Por exemplo, se um pescador esportivo quiser pescar em algum trapiche da área, não há formas de proibi-lo, mas gera certo atrito social.

Este espaço Pontal/Barra também pode ser colocado como um território de uso comum, no qual o espaço de comunidades litorâneas vem sendo apropriado por outros grupos sociais. Caracterizado por uma região marginal, o qual é tentado transformar em área pública e/ou de preservação e ameaçado pela expansão urbana (DIEGUES; MOREIRA, 2011).

“PARECE QUE A PREFEITURA SÓ LEMBRA DA GENTE NO VERÃO” –
CIDADE E CIDADANIA

Para ex-moradora Fernanda, o lugar tem sido e ainda é segregado, tanto socialmente, como pelas políticas públicas. Hoje ela é estudante da FURG, motivos dela estudar lá é por sua escolha de curso, caso morasse em Pelotas teria que se deslocar até o campus do Capão do Leão, mais de 30 km, além disso, por ser moradora da cidade não consegue auxílios estudantis, lá pode residir na casa do estudante.

Jovem e militante, comumente se apresenta nos congressos como filha de pescadores, trazendo a realidade social destes. Fernanda relata que ir à escola era difícil, devido a ter que caminhar todo o percurso da beira da lagoa, numa estrada de barro e areia acidentada, enfrentando o frio que vem com o vento úmido, totalizando mais de 40 minutos de caminhada até a escola do bairro. Este relato não é apenas dela e é compartilhado pelos pais das atuais crianças que moram no Pontal. Após uma notícia veiculada no Jornal do Laranjal, com uma foto de algumas crianças protestando, desde 2015 há um veículo da prefeitura que faz o transporte, esperamos que tal direito não seja apenas em ano eleitoral. Renan, pescador local, relatou que por isso seus filhos residiam durante a semana na casa de sua sogra, que era mais perto da escola, porém agora eles voltariam a residir lá. Notoriamente houve um aumento de número de crianças por lá.

A luta para conseguir transporte escolar para as crianças da vila dos pescadores foi intensa. Por muito tempo ignorados pelo município, os moradores reclamam da falta de acesso às escolas, sendo que a mais próxima é no bairro laranjal, o que implica numa caminhada cansativa para as crianças. Os moradores ressaltaram como são lembrados em período eleitoral, momento no qual os mais variados candidatos decidem visitar o Pontal e demonstrar a sua preocupação perante a vila.

O discurso de que aquela era e é uma área de risco, imprópria para moradias era dominante. Os políticos faziam as suas campanhas alegando que se eleitos construíssem casas para os moradores, mas evidentemente, não na região do Pontal Barra. Relataram-me tais acontecimentos demonstrando não acreditarem nas falas, por saberem que era nada mais do que promessas de campanha. Mas de todo modo, o medo de serem retirados da região é compartilhado por todos. Isso se deve aos mais variados interesses sobre o Pontal da Barra, considerando o histórico do local e a orla do outro lado do canal, onde há apenas casas de pessoas ricas e não mais pescadores.

Diferente do que qualquer concepção naturalista/ preservacionista que pudéssemos criar do lugar, alguns moradores relatam que eram a favor dos empreendimentos, inclusive do

complexo hoteleiro. A ausência de fornecimento de água e luz com qualidade é um problema constante, nas palavras deles, lá é o primeiro lugar que há interrupção quando acontece qualquer coisa. Por isso, a ideia do loteamento do Pontal poderia trazer algum benefício, até mesmo para transporte coletivo e coleta de lixo, por exemplo. Claro que após a remoção compulsória da Vila do Trapiche, foi-se assolando certo medo por parte dos moradores, inclusive alguns se sentiram enganados por parte do empreendedor.

Cidadania é um conceito jurídico/político entendido como “o direito de ter direitos” (DAGNINO, 1994). Com a Antropologia, o conceito ganha especificidades de grupos, percebe-se os direitos a partir do beneficiado (ou não), criando a possibilidade de antropólogos e arqueólogos desenvolverem pesquisas que problematizem o acesso à direitos e transformarem os seus textos em ferramentas que auxiliem intervenções institucionais pensando na inclusão de grupos subordinados da sociedade.

O que é abordado aqui é a forma como o Estado de forma geral tenta controlar as pessoas por meios de dispositivos de poder. Tal forma de reprimir a apropriação do espaço urbano ocorre através de diversos dispositivos. Mas, ainda assim, as pessoas buscam “maneiras de fazer” como forma de reação dos grupos “dominados” afim de mudanças sociopolíticas (CERTEAU, 1998).

Sendo assim, vemos que as pesquisas possibilitam o diálogo com as comunidades invisibilizadas no meio acadêmico e a podem promover o protagonismo de agentes sociais que se encontram em diferentes processos de exclusão. Tornando, dessa maneira, os saberes dos “outros”, considerados não científicos, legítimos perante a sociedade (CARVALHO, 2004). Assim, nas palavras de Queiroz Ribeiro “a espoliação urbana pode ser combatida pelo reconhecimento das necessidades de reprodução das camadas populares na forma de um direito à cidade” (RIBEIRO, 2004:210).

REFERENCIAS:

CARVALHO, A. P. C. Parâmetros para intervenções do Poder Público. Relatório Técnico: Família Silva: resistência negra no bairro Três Figueiras, Porto Alegre, 2003.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAGNINO, E org. Anos 90 - Política e sociedade no Brasil. Brasília: Brasiliense, 1994

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; MOREIRA, Andre de Castro Cotti; APRESENTAÇÃO. In: _____. (Org.). Espaços e recursos Naturais de uso Comum. 1ed.São Paulo: NUPAUB, 2001, v. 1, p. 97-124.

DIEGUES, A C S;(etal) (Org.) Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo:Nupaub, 2001.

GEERTZ, Clifford James. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 7 ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2009.

HAESBAERT, R.. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes Antropológicos, 37: 25-44. 2012

MAGNANI, JOSÉ GUILHERME CANTOR. Antropologia Urbana: desafios e perspectivas. Revista de Antropologia, v. 59, p. 174-203, 2016.

MILHEIRA, Rafael Guedes. Entre o desenvolvimentismo e a preservação do patrimônio. O caso do Pontal da Barra, no sul do Brasil, Pelotas-RS. In: Jenny González Muñoz. (Org.). Ser de Imagen y de signo. Abordajes sobre el Patrimonio Cultural. 1ed.Caracas: Fondo Editorial de la Universidad Latinoamericana y del Caribe, , v. 1, p. 16-38. 2015.

MILHEIRA, Rafael G. Entrevista concedida a André Dal Bosco Carletto. Pelotas, 06 set. 2016

NEBEL, G.C. S. CONFLITOS AMBIENTAIS NO PONTAL DA BARRA - PELOTAS/RS- DESDE UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental)- Curso de pós-graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande: 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “Um conceito antropológico de identidade”. In: Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PONTAL. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua. Editora Melhoramentos Ltda., 2016. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=pontal>> acesso em 23/07/2016.

RIBEIRO, L. C. Q. Metropoles entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2004

RUAS, Keli Siqueira. A ORLA LAGUNAR DE PELOTAS-RS: Conflitos Socioambientais, Atores e Processos. 2012. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.